



## A LITERATURA INDÍGENA SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL A PARTIR DA LEI 11.645/08

THE INDIGENOUS LITERATURE ON CHILDREN AND YOUTH EDUCATION  
FROM THE LAW 11.645/08

Pedro Manoel da Silva Santos<sup>1</sup>  
Maria Iolanda Monteiro<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa tem como objetivo uma reflexão sobre a literatura indígena sobre a educação infantojuvenil a partir da Lei 11.645/08 atrelada a lei de Diretrizes de Base da educação e também sobre a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Apresentar e explorar a literatura indígena e suas contribuições para a educação e fortalecimento da literatura indígena e os conhecimentos científicos acerca das obras. A literatura indígena conversa com os conhecimentos tradicionais e respeita o ser indígena e suas diversidades étnicas. Discutir as contribuições do movimento indígena durante as décadas de 1970- 1990, mapeando os escritores e obras que surgem a partir do movimento indígena consolidado na década de 1990 e, que somente nos anos 2000, o movimento literário indígena ganha visibilidade no cenário educacional, começando a ser implementado nas políticas públicas, dando voz aos escritores e escritoras indígenas. Compreender e analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, as principais obras literárias indígenas da contemporaneidade e como os escritores e obras contribuem para a formação social da sociedade por meio da lei 11.645/08 na formação de um currículo que inclua a diversidade étnica na formação dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Lei 11.645/08; Literatura indígena; Movimento indígena.

### ABSTRACT

This research aims to reflect on the indigenous literature on children and youth education from the Law 11.645/08 linked to the law of basic guidelines of education and also about the mandatory study of indigenous history and culture in primary and secondary schools. To present and explore indigenous literature and its contributions to the education and strengthening of indigenous literature and scientific knowledge about the works. Indigenous literature converses with traditional knowledge and respects indigenous peoples and their ethnic diversity. Discuss the contributions of the indigenous movement during the 1970s-1990s, mapping the writers and works that arise from the indigenous movement consolidated in the 1990s and that only in the 2000s, the indigenous literary movement gains visibility in the educational scenario, beginning to be implemented in public policies, giving voice to indigenous writers. To understand and analyze, through bibliographical research, the main indigenous literary works of contemporary times and how writers and works contribute to the social formation of society through law 11.645/08 in the formation of a curriculum that includes ethnic diversity in the formation of individuals.

**Keywords:** Law 11.645/08; Indigenous literature; Indigenous movement.

---

<sup>1</sup> Pedro Manoel da Silva Santos, Indígena do Povo Pankararu do Estado de Pernambuco, Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e-mail: pedromanoelpg@gmail.com

<sup>2</sup> Maria Iolanda Monteiro, Professora do Departamento de Teorias da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e-mail: mimonteiro@ufscar.br



## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância da literatura indígena sobre a educação infantojuvenil no contexto da Lei 11.645 de 2008 (Brasil, 2008), atrelada à lei de Diretrizes de Base da Educação-LDB (Brasil, 1996), a qual tem como foco a formação de professores dos cursos de licenciatura a respeito da temática da obrigatoriedade do Estudo da História e Cultura indígena nos âmbitos da educação básica. Busca, ainda, o estudo da literatura indígena, por meio das obras literárias e suas contribuições para formação de professores e formação social dentro das escolas.

A lei 11.645/08 (Brasil, 2008) assume o papel de tornar obrigatório o estudo da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira. Entender o contexto da lei na formação dos professores não indígenas, para construção social, que enfrenta diversos desafios no reconhecimento de obras literárias indígenas como conhecimento de transformação para descolonizar as matrizes curriculares das escolas não indígenas.

Com a obrigatoriedade da inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira e indígena” no conteúdo programático das escolas é relativamente recente, alguns fatores como a aceitação, compreensão e valorização da temática, tanto por alunos, como por professores, devem ser acompanhados, a fim de observar e analisar os resultados da inserção dessa temática no currículo escolar (Rodrigues; Barbalho 2016. p. 202).

Segundo Silva (2016, p. 15) a literatura indígena desponta na produção acadêmica nacional desde os primeiros anos da década dos anos 2000. Expandindo-se como um novo campo das artes e demarcando um novo território no meio acadêmico, possibilitando que autores indígenas assumam o protagonismo de suas próprias narrativas, cosmologia de mundo e pensamentos científicos.

A Constituição Federal de 1988 e Pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) tem responsabilidade e compromisso sobre a educação escolar indígena sendo de competência do Ministério da Educação (MEC) e cabendo aos Estados e os Municípios a garantia dos direitos dos povos indígenas.

Decreto nº 6.861 de 27/05/2009 define a organização do sistema educacional indígena no território nacional, determinando a participação da comunidade indígena na organização do sistema de ensino, respeitando sua territorialidade, suas necessidades e especificidades; definindo os objetivos da educação escolar indígena (Sobrinho; Souza; Bettioli, 2017, p. 66).

Para Baniwa (2016);



Lei nº 11.645, em 8 de março de 2008, que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”, se tornou uma oportunidade de compartilhar quem somos, o que sabemos e como nos relacionamos com a sociedade. Em vez de continuarmos nas páginas dos livros didáticos como figuras e referências do passado, entraríamos nas escolas e outras instituições de ensino do país como agentes vivos e “ao vivo” de transformação social (BANIWA, 2013; 2016. p.328).

No contexto social das escolas indígenas por meio da Portaria Interministerial Ministério Justiça e Ministério da Educação nº 559, de 16 de abril de 1991 (Brasil, 1991) que dispõe sobre a educação escolar para povos indígenas, a literatura indígena já era uma realidade trabalhada desde o movimento indígena de 1990. Os povos indígenas sempre resistiram com diversas estratégias. Atualmente, resistem através do movimento indígena e da luta pela garantia de direitos (Baniwa, 2016).

A Constituição Federal de 1988 marca normativamente o novo paradigma de reconhecimento das identidades étnicas diferenciadas dos povos indígenas brasileiros e impõe um novo modelo de educação escolar indígena de educação bilíngue e diferenciada (Leiva; Rios; Schafer, 2014, p.136).

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) assegura aos povos indígenas o direito a uma educação escolar indígena intercultural, bilíngue e diferenciada, buscando a reafirmação da identidade étnica e também uma reparação histórica do processo de colonização causada aos povos indígenas no período do Brasil Colonial.

Os processos de ensino e de aprendizagem adotados pelas escolas indígenas vão além das normativas estabelecidas pela LDB de 1996 (Brasil 1996), ou seja, as escolas interpretam as leis de maneiras específicas de acordo com a sua realidade regional, local e aplicam suas próprias metodologias neste contexto (Aquino Pereira, 2020).

Para Andrade (2019) educação não indígena tem grandes desafios quanto a aplicar a lei 11.645/8, mesmo que assegurado o ensino étnico nas escolas, o campo da literatura indígena é algo pouco explorado pela sociedade, diretores e professores, e isso faz com que obras de autoria indígenas não sejam exploradas por crianças e jovens não indígenas.

Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) é um documento fundamental para escolas não indígenas e escolas indígenas. É a partir desse documento que ficam estabelecidas as habilidades e competências que serão estudadas dentro do ano letivo, com uma especificidade para a educação escolar indígena, seguindo uma legislação diferenciada, bilíngue e interdisciplinar. Analisando o documento, é possível identificar que não existe nenhuma referência colocada dentro da BNCC de como



trabalhar a temática indígena dentro das escolas, sendo assim, só conseguimos identificar pareceres.

Por fim, avançaremos no movimento indígena durante a década de 1970 à 1990 com base em autores indígenas que consolidam o movimento dos povos indígenas no contexto nacional. A partir do fortalecimento e da conjuntura surgiu o nascimento do movimento indígena alternativo, movimento indígena e as primeiras escolas indígenas, o que se caracterizou pela formação de professores alternativos de educação escolar indígena (Sobrinho; Souza; Bettiol, 2017, p.62).

### MOVIMENTO INDÍGENA E MOVIMENTO LITERÁRIO (1970-1990)

O marco inicial do movimento indígena no Brasil está associado academicamente a partir da década de 1970. Sendo assim reconhecido com um movimento de lutas e um novo campo da pesquisa das artes. Historicamente, somente na década de 1980 o movimento se fortaleceu, um passo importante para o processo de redemocratização do Brasil, possibilitando o protagonismo do movimento indígena, que a partir da década de 1990, ao início dos anos 2000, tornou-se evidente.

O movimento literário indígena (1990) nasce do movimento indígena que se iniciou na década de 1970. A partir desse novo movimento, na década de 1990, começaram a surgir autores indígenas que assumem o protagonismo das obras literárias e muitas das primeiras obras indígenas eram produzidas de forma individual e coletiva por professores indígenas que buscavam suprir as lacunas do material didático das escolas indígenas. Para Daniel Munduruku (2012) o movimento indígena brasileiro nasceu com conjuntura política e social que eclodiu no Brasil a partir de 1970.

Naquela ocasião, a política indigenista do Governo previa que os povos indígenas deveriam ser integrados pela nação e, conseqüentemente, abrirem mão de suas identidades étnicas, para tornarem-se “apenas” brasileiros. Essa política estava a serviço dos interesses nacionais de desenvolvimentos e integração nacional, que também escondia a intenção de explorar as riquezas presentes no solo e subsolo das terras tradicionalmente ocupadas por nossos povos (Munduruku, 2012, p.209).

O projeto de governo na época tinha como objetivo exterminar as comunidades indígenas, tornando os indígenas como “cidadãos brasileiros”, com objetivo de se apropriar das terras indígenas. Mas durante as décadas de 1975 a 1980 já existia um desejo por parte dos povos indígenas em produzirem obras literárias. Esse movimento apareceu



dentro das escolas indígenas, quando se iniciou o processo de letramento nas comunidades indígenas por meio da “necessidade” de se comunicarem na língua portuguesa.

Durante a década de 1970-1990 encontrar autores indígenas era algo raro para época. Somente com processo de letramento e da organização os povos indígenas em começarem a demarcar esse novo campo da pesquisa, começam a surgir as primeiras obras com narrativas indigenistas, poemas, livros e pesquisas.

Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), no artigo 210, surgem as primeiras escolas indígenas para indígenas, possibilitando que cada escola tivesse autonomia para inserir, em seu currículo, a reafirmação da identidade indígena, permitindo que a escola possibilite a educação indígena e a educação escolar indígena, respeitando as particularidades dos povos originários.

Para a realização desta pesquisa optou-se pelo levantamento bibliográfico (Pizzani et al., 2012) com a realização de revisão da literatura indígena realizado no Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Pedagogia, utilizando a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e a *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) sobre obras da literatura indígena no contexto da lei 11.645/08. Com a elaboração de quadros de panorama de autores indígenas, durante a década de 1970 até o ano de 2022, tornou-se possível identificar os autores indígenas com suas produções.

No quadro 1 sistematizamos as primeiras obras escritas por escritores indígenas, durante a década de 70 a 90. É possível compreender que apenas cinco autores indígenas publicaram livros nessa década, sendo apenas uma escritora indígena. O quadro tem o objetivo de compreender o processo do movimento literário indígena por meio de uma linha do tempo. Para a construção do quadro foi feita uma pesquisa minuciosa para identificar as principais obras literárias.

#### **Quadro 1 - Panorama da literatura indígena brasileira nas décadas de 70 a 90.**

<b>Autores</b>	<b>Obras</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Editora</b>
Eliane Potiguara	Identidade indígena	1975	Grumim
Firmiano Arantes Lana e Luís Gomes Lana	Antes o mundo não existia	1ª edição 1980	ISA- Instituto Socioambiental/ Valer
Eliana Potiguara	A terra é a mãe do índio	1985	Grumim
Kaká Werá Jacupé	Oré awé roiru'a ma: todas as vezes que	1994	Triom



	dissemos adeus.		
Daniel Munduruku	Histórias de índio	1996	Companhia Das Letras
Kaká Werá Jacupé	A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio	1998	Editora Fundação Peirópolis

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

O quadro 1 foi dividido em quatro categorias: autor, nome da obra, ano de publicação e editora, onde é possível identificar um panorama das primeiras obras escritas por autores indígenas durante a década de 1970 e 1990.

A partir de 1990, começa a surgir o movimento literário indígena, segundo Santos (2022). A literatura indígena aparece com duas principais vertentes: a de autoria coletiva e a de autoria individual. Para Jekupé (2009), a literatura foi o único espaço que se abriu para os povos indígenas, que através da literatura podemos mostrar ao mundo nossos problemas que acontecem no Brasil. E, atualmente, a literatura brasileira está marcada pela atuação dos(as) escritores(as) indígenas (Dorrico et al., 2018).

A maior parte do material produzido é destinada ao público infanto-juvenil, uma vez que a literatura indígena busca imprimir uma imagem positiva de si e de suas culturas e diminuir o distanciamento e desconhecimento da sociedade nacional em relação aos indígenas e sua diversidade (Santos, 2022, p.11).

Durante as décadas de 1970 e 1980 já existia um desejo por parte dos povos indígenas de produzirem obras literárias, esse movimento ocorreu dentro das escolas nas comunidades indígenas, quando se iniciou o processo de letramento (Monteiro, 2010). Uma das primeiras obras escritas de autoria indígena é o poema da escritora Eliane Potiguara que ganha destaque após a sua publicação no ano 1975 e, logo em seguida, o livro “Antes o mundo não existia” dos autores Firmiano Lana e Luiz Lana, em 1980.

Na década de 1990, impulsionado pelas legislações que garantiam o ensino diferenciado nas escolas indígenas, o movimento literário indígena começa a ganhar força entre indígenas, inicialmente dentro das comunidades, com autoria coletiva de professores(as).

Segundo Dorrico et al. (2018), a literatura indígena brasileira contemporânea está marcada pela atuação dos escritores indígenas. Sobretudo iniciando avanços políticos do



movimento indígena, a partir dos anos de 1990, até chegarmos em políticas de inclusão para a literatura indígena nas universidades, escolas não indígenas e escolas indígenas.

A leitura da literatura indígena convoca o leitor a conhecer diferentes mundos, culturas, saberes, epistemologias, pensamentos e expressões, não mais pelas vozes e escritas de outrem, de modo extemporâneo, objetivo e neutro, mas a partir de si mesmos, desde si mesmos, para si mesmos e para o outro (Dorrigo, 2017, p.109).

A literatura indígena é para as comunidades indígenas a transcrição das cosmologias que passa a ser transcrita e concretizada pela escrita, as produções de autoria coletiva e individual é uma forma de garantir, por meio do uso da escrita a própria história, materializando no papel a cultura ancestral.

Os povos indígenas até recentemente tinham a tradição oral como prática dominante. Com o advento da educação escolar indígena, contudo, já é possível encontrar muitas aldeias cultivando a escrita, elaborando currículos junto aos assessores, professores, coordenadores das escolas nas aldeias e nas cidades. Esta nova mudança fez muitos professores e alunos indígenas verem a escrita e a educação escolar como ferramentas de autoafirmação e resistência (Dorrigo et al. 2018, p 213).

A literatura para as comunidades indígenas é uma representatividade do seu povo em um processo de transcrição das suas cosmologias do viver, ser e se reconhecer. As produções de autoria indígenas materializam a história do seu povo, história no papel, a própria cultura e seus conhecimentos ancestrais.

No quadro 2, disposto, é realizada uma linha do tempo das principais obras de escritores indígenas no início dos anos 2000. Este quadro apresenta um número significativo de obras, porém, ainda pequeno em relação à população indígena. O quadro 2 foi organizado através da plataforma Wikilivro<sup>3</sup>.

### Quadro 2 - Panorama da literatura indígena brasileira de 1996 - 2003.

Autores	Obras	Ano de publicação	Editora
Daniel Munduruku	Coisa de Índio	2000	Calis

<sup>3</sup> Wikilivro é uma bibliografia colaborativa que pretende reunir e listar as **publicações de escritores indígenas do Brasil**. Disponível: [https://pt.wikibooks.org/wiki/Bibliografia\\_das\\_publica%C3%A7%C3%B5es\\_ind%C3%ADgenas\\_do\\_Brasil](https://pt.wikibooks.org/wiki/Bibliografia_das_publica%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas_do_Brasil)



Daniel Munduruku	As serpentes que roubaram a noite e outros mitos.	2001	Studio Nobel
	Meu Vô Apolinário		
Yaguarê Yamã	Puratiğ: o remo sagrado	2001	Livraria Maraca
Olívio Jekupé	O verdadeiro Saci	2000	Panda BooK
Daniel Munduruku	Kaba Darebu	2002	Brinque-book
Daniel Munduruku	Coisa de Índio-Infantil.	2003	Callis
			Editora ática
	O segredo da chuva.		Editora Global
	Você lembra, pai?		Editora Peirópolis
	O sinal do Pajé.		
Olívio Jukupé	O verdadeiro saci	2003	Eduel

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

No ano de 1996 foi sancionada a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes de Base da Educação-LDB (Brasil, 1996). Seu texto final não fazia menção da inclusão da literatura indígena, apenas sobre a garantia de uma obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Mas os autores Kaká Werá e Daniel Munduruku iniciavam a demarcação de um novo território das artes indígenas no Brasil, no início dos anos 2000.

No terceiro quadro é realizado no contexto da lei 10.639/03, a segunda versão atualizada da LDB. Nesta versão a temática indígena ainda não era obrigatória, sendo apenas uma temática opcional para os currículos escolares. O quadro 3 apresenta o salto de obras de autoria indígena.

### Quadro 3 - Panorama da literatura indígena brasileira de 2004 - 2007.

Autores	Obras	Ano de publicação	Editora
---------	-------	-------------------	---------



Daniel Munduruku	Crônicas de São Paulo.	2004	Callis
	Um estranho sonho de futuro.		Ftd
	Contos indígenas brasileiros.		Global
	Sabedoria das águas.		Global
Shirley Djukumã	A onça protetora	2004	
Kanátyo Pataxó	O machado, a abelha e o rio	2005	Mec
Juvenal Teodoro Payayá	Negócios da periferia	2006	Edições século XXI
Daniel Munduruku	Caçadores de Aventuras.	2006	Saraiva didáticos
	“A onça “.		Caramelo
	O sumiço da noite.		Caramelo
	Parece que foi ontem.		Editora global
	Histórias que eu vivi e gosto de conta.		Callis
	Cantando piolhos, contando história.		Brinque-book
Olívio Jekupé	Ajudo do Saci	2006	Dcl
Daniel Munduruku	O menino e o pardal.	2007	Callis
	Um sonho que não parecia sonho.		Caramelo
	O homem que roubava horas.		Brinque-book
	As peripécias do jabuti.		Mercuryo jovem

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.



Podemos observar que durante a década de 1990 até a última atualização da LDB, em 2003, o movimento literário indígena produziu mais de 60 obras literárias de autores indígenas. Segundo Andrade et al (2016. p. 324), “somente agora a sociedade brasileira tem a oportunidade de ouvir e ver os povos indígenas falarem sobre si”. Ainda que as políticas públicas para educação sejam excludentes aos povos indígenas, “os inúmeros avanços da ciência ocidental não devem ser descartados, mas criticados em sua maneira de ser, fazer e transformar o mundo” (Andrade, 2019, p. 327). No quadro 4, registra-se o panorama da literatura indígena em 2008.

#### Quadro 4 - Panorama da literatura indígena brasileira em 2008.

Autores	Obras	Ano de publicação	Editora
Daniel Munduruku	A palavra do grande chefe	2008	Global
	Todas as coisas são pequenas	2008	Caramelo
	Outras tantas histórias indígenas de origem das coisas e do universo		
Daniel Munduruku	O banquete dos deuses.	2009	Global
Daniel Munduruku	Sobre saberes e utopias	2010	Editora uka
			Editora melhoramento
	O Karaíba A caveira rolante, a mulher lesma e outras histórias.		Global
Graça Grauna	Criaturas de Ñanderu	2010	Amarilys
Daniel Munduruku	Histórias que li e gosto de contar	2011	Callis
Jaider Esbell	Terreiro de Makunaima: mitos, lendas e estórias em vivência	2012	
,Denízia Cruz	Kariri Xocó: contos indígenas	2014	Sesc
Eliane Potiguara	O pássaro encantado	2014	Jujuna editora
Aline Rochedo	Pachamama: a poesia é a alma de quem escreve	2015	Pachamama
Fernanda	Crônicas ordinárias	2017	Macaéba
Eliane Potiguara	Metade cara, metade máscara	2018	Uka editora



Denízia Cruz	Kariri Xocó: contos indígenas, volume 2	2019	Sesc
Marcia Kambeba	Saberes da floresta	2020	Polen
Marcia Kambeba	O lugar do saber ancestral	2021	Uka editora
Daniel Munduruku	SAWÉ: o grito ancestral	2022	Uka editora

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

No ano de 2008 é sancionada a Lei nº 11.645/08 (Brasil, 2008), que altera a LDB/96 e LDB/03, a qual passa a incluir, de forma concentrada, a obrigatoriedade da “História e Cultura Afro-brasileira e Indígenas” nos currículos da rede pública e privada. Após muita luta os povos indígenas são reconhecidos pelas suas produções literárias e passam a compor o currículo das escolas de ensino.

Silva (2016, p. 22), sabendo que a literatura indígena é a apresentação da cultura dos povos indígenas brasileiros, sua voz presente e não mais silenciosa, sobretudo, uma voz de resistência e de luta.

A Lei nº 11.645/2008 funciona como uma porta de entrada em muitas escolas. Como ainda não há material apropriado para a implementação da lei, a caravana vem com sua criatividade, sua força e dinamismo romper os muros e as paredes das salas de aulas, das escolas, dos centros comunitários das pequenas e grandes cidades do Brasil (Andrade, 2016, p.346).

Andrade (2016) a experiência de contar histórias nas escolas é uma oportunidade de trazer ou transportar as crianças e os professores a um lugar de não conflito, um lugar onde perspectivas sobre a natureza e a cultura convivem numa relação de respeito.

## LITERATURA INDÍGENA NA CONTEMPORANEIDADE

Quem são os povos indígenas na contemporaneidade? Surgem muitas dúvidas em relação aos povos indígenas, a mais comum é de enquadrar uma diversidade étnica em um único ser estereotipado criado pela literatura não indígena. O movimento literário indígena está no mercado editorial desde 1990, sendo desvalorizado e pouco explorado pela sociedade por subentender que seja menos importante para formação social da sociedade.

A Literatura Indígena não é nova, mas desconhecida até uns anos atrás. No entanto, se renova e se expande e a cada ano amplia sua visibilidade (Ribeiro, 2020). A



oralidade é primordial na formação de leitores, por isso precisamos entender que a criança, ao adentrar no universo escolar, carrega saberes da cultura na qual estava inserida (Silva, 2020, p. 18). As obras indígenas têm um papel fundamental dentro das escolas, elas, em sua maioria, são vivências escritas por escritores indígenas que reescrevem a história do seu povo indígena, tendo como objetivo quase sempre o público infantojuvenil.

Suas obras falam do universo de cada etnia/povo ou do ameríndio como um todo. Cada autoria apresenta nelas suas formas de viver, ver o mundo, de denunciar as violações de seus direitos, de contar as narrativas e sobre (vivências). É um exercício cotidiano e ampliado da oralidade e do gênio (Ribeiro, 2020, p. 77).

A literatura indígena é desvalorizada e pouco explorada pelas escolas, somente lembrada em “data comemorativa”. O antigo 19 de abril, marcado pelo dia do “ÍNDIO<sup>4</sup>”, que passou por alterações e começou a se chamar “Dia dos Povos Indígenas”. A escola e os professores devem, em sua prática escolar, buscar ações que estimulem a relação entre o saber escolar e esses tantos saberes que os alunos trazem consigo (Silva, 2016, p.18).

Atualmente, a literatura indígena faz não só parte de um movimento literário indígena, mas está associada a um projeto político cultural dos povos indígenas. No fortalecimento da construção das escritas dos saberes tradicionais aos saberes científicos.

Os povos originários desde sempre escreveram, cada um com seu formato, materiais e linguagens – desde as pinturas rupestres, às tecelagens, colares, cerâmicas, vestimentas, escudos, armas e utensílios em geral, sobretudo o modo especial pelo qual a palavra manifesta no espaço sagrado da ancestralidade, como, igualmente, a mística das pajelanças e a resistência guerreira são retroalimentadas nas experiências da Literatura Indígena, isto é, na gênese do ethos aborígene. Essas autorias são vozes empoderadas, graças ao lugar de onde falam, escrevem e têm as suas origens, histórias, culturas, identidades e sobre(vivências) (Ribeiro, 2020, p 78).

A literatura indígena contemporânea, nos últimos anos, vem ganhando visibilidade, assim, percebemos que o movimento literário indígena tem nomes que trazem as potencialidades dos povos indígenas com escritores pioneiros na literatura brasileira indígena. A literatura contemporânea tem cerca de 55 escritores indígenas que vêm atuando no mercado editorial demarcando o campo da literatura indígena no Brasil.

---

<sup>4</sup> Art. 1º Esta Lei institui o dia 19 de abril como o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943.



Os escritores indígenas individuais escrevem pela necessidade de defender sua identidade (ou indianidade), sua cosmovisão, suas tradições, saberes e conhecimentos tradicionais. Escrever é uma forma de eliminar os intermediários e intérpretes indesejáveis, uma forma de mostrar-se e de conviver em igualdade de condições com a sociedade envolvente, manobrando um de seus instrumentos de dominação: a escrita em língua portuguesa (Prati dos Santos, 2014, p. 53).

Para Candido (2004) a literatura é um agente humanizador, uma ferramenta que ajuda o homem a se tornar mais compreensivo e aberto à natureza. Mas percebemos que a literatura indígena dentro das escolas não indígenas, quando tratamos de diversidades, são carregadas de estereótipos. Uma problemática que conseguimos identificar é a falta de formação acadêmica sobre a lei 11.654 de 2008, por ser uma lei “nova”, as matrizes curriculares de cursos de licenciatura passaram por modificações para efetivar sua implementação em seu currículo.

Considerando que uma visão estereotipada caracteriza-se pela projeção coletiva (por parte de um grupo cultural) de um conjunto de valores na outra cultura/outro grupo, sem o conhecimento prévio das marcas que efetivamente o constituem, esta visão pode ser relacionada a uma perspectiva anterior e/ou concomitante ao exercício de empatia (ir no lugar do outro) e anterior ao retorno à própria cultura para realização/concretização da exotopia promovendo uma duplicação da própria cultura (Janzen, 2005, p. 65).

A literatura indígena contemporânea para Graúna (2013, p. 15) é “um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas)”. Graúna (2013) destaca que o espaço da literatura indígena é um espaço que deve ser ocupado somente por escritores indígenas como sujeitos que narram as suas próprias lutas e suas próprias histórias.

Apesar da falta do seu reconhecimento na sociedade letrada, as vozes indígenas não se calam. O seu lugar está reservado na história de um outro mundo possível. Visando à construção desse mundo, os textos literários de autoria indígena tratam de uma série de problemas e perspectivas que tocam na questão identitária e que devem ser esclarecidos e confrontados com os textos não indígenas, pois trata-se de uma questão muito delicada e muito debatida hoje entre os escritores indígenas (Graúna, 2013, p. 55).

A autora defende o conceito de “indianidade” que é representada pelo fato de os escritores indígenas usarem como assinatura o grupo étnico aos grupos que eles pertencem e sendo reconhecidos como escritores/autores de um determinado povo



indígena, reafirmando a sua identidade e demarcando esse território no campo da literatura.

A lei nº 11.645/08 (Brasil, 2008) tem o papel e uma política pública de valorização da história e da cultura dos povos indígenas e assume uma micropolítica educacional aos professores sobre a sua formação enquanto docente para um novo cenário para a inclusão da literatura contemporânea indígena.

## CONSIDERAÇÕES

Para fins conclusivos desta pesquisa, a qual teve como objetivo a reflexão sobre o papel da literatura indígena atrelada à lei 11645/08 e nas contribuições do movimento indígena para o fortalecimento de uma nova área de pesquisa dando protagonismo aos povos indígenas, buscou-se identificar os impactos de obras escritas por autores indígenas nos últimos 14 anos da Lei que trata sobre a obrigatoriedade que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional na inclusão da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas.

O movimento indígena resiste desde o processo “civilizatório” imposto no período colonial, que tinha como objetivo a extinção completa dos povos indígenas ou que acreditavam no processo de aculturação para exterminar as comunidades indígenas. Até os anos 70 a branquitude acreditava no desaparecimento dos povos indígenas, mas a partir dos anos 80 percebemos um crescimento na curva demográfica no número de povos e que vem se mantendo constante.

Para Brito, Sousa Filho e Cândido (2018, p. 177) “a literatura indígena no Brasil possui várias histórias”, mais conhecido na literatura indígena está relacionado ao criado e pautado na literatura escolar.

Quanto à literatura, isto é, à promoção da literatura, sobretudo no espaço escolar, vale ressaltar que, desde o surgimento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 1997, várias produções literárias que abordam a temática indígena ou incorporam personagens indígenas têm sido selecionadas e incluídas nos acervos que chegam às escolas públicas brasileiras, sendo que algumas dessas obras têm sido objeto de análise de pesquisas que, de uma perspectiva culturalista, examinam as representações dos povos indígenas em produções que chegam às nossas crianças e jovens. (Brandileone; Valente, 2018, p 201).



A literatura indígena contemporânea tem se mantido constantemente no mercado editorial de forma em que o número de autores e publicações vem crescendo de forma significativa por meio da lei 11645/08. Podemos destacar Daniel Munduruku com mais de 50 obras literárias e sendo pioneiro do movimento literário indígena desde a sua fundação. Por outro lado, podemos observar que o acesso às obras literárias indígenas ainda são fragilizadas e sofrem certa dificuldade em atingir outros grupos não indígenas.

A lei 11.645/2008 (Brasil, 2008) coloca em evidência o movimento literário indígena como protagonista, autores indígenas que produzem narrativas, cosmologia, mitos acerca de suas realidades e vivências. Por outro lado, percebemos que muitos povos indígenas não possuem a sua cultura documentada e seus ensinamentos ainda são repassados pela oralidade.

É de suma importância o debate da literatura indígena na formação social, “a primeira ideia que a maioria dos brasileiros têm sobre os índios é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua” (Freire, 2016, p.5).

Por fim, a literatura indígena não pode ser apenas garantida na lei 11.645/08, mas ser explorada na LDB/96 e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2017) de tal forma que essas literaturas cheguem nas escolas e, principalmente, em cursos de formação de licenciatura, ampliando cada vez mais os conhecimentos científicos dos povos indígenas para combater os preconceitos e o racismo que são reproduzindo por obras que desconhecem o movimento indígena.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Edson Dorneles de. O indígena como usuário da lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a Lei nº 11.645/2008. **Cadernos Cedes**, v. 39, p. 321-356, 2019.

AQUINO PEREIRA, Marcos José de. Educação escolar diferenciada indígena: análise das publicações científicas entre 2012 e 2018. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas** (EPAA/AAPE). Dossiê Educação e Povos Indígenas - Identidades em Construção e Reconstrução, Arizona (E.U.A.), v. 28, n. 71, p. 1-25, 268 268 maio 2020. Disponível em: < <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4779/2436>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **A história e cultura indígena no contexto da Lei 11.645/08: reflexos na educação brasileira**. Revista de Educação do COGEIME,



Manaus, v. 25, n. 49, p. 11-23, 2016. <http://dx.doi.org/10.15599/2358-9299/cogeime.v25n49.p.11-23>

BRANDILEONE, Ana Paula Franco Nobile; VALENTE, Thiago Alves. Literatura indígena para crianças: o desafio da interculturalidade. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, p. 199-217, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Portaria Interministerial MJ e MEC nº 558, de 16 de abril de 1991. Sobre a Educação Escolar para Populações Indígenas. **Diário Oficial da União**, p. 7084-7084, 1991.

BRITTO, Tarsilla Couto de; SOUSA FILHO, Sinval Martins de; CÂNDIDO, Gláucia Vieira. O avesso do direito à literatura: por uma definição de literatura indígena. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, p. 177-197, 2018.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. *Vários Escritos*. 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 2004, v. 8, n. 1, p. 14-30, 2016.

SILVA, Claudionor Renato Da. LITERATURA INDÍGENA, LEI 11.645/08 E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM CURSOS DE PEDAGOGIA. v. 8, n. 1, p. 14-30, 2016.

DORRICO, Julie. A leitura da literatura indígena: para uma cartografia contemporânea. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade**. Igarapé, v. 5, n. 2, p. 107-137, 2017.

DORRICO, Julie et al. Literatura Indígena brasileira contemporânea. **Criação, Crítica e Recepção**, Editora Fi, p. 424, 2018.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **REPECULT-Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura** - (<http://doi.org/10.29327/211303>) -Qualis B1., v. 1, n. 1, p. 3-23, 2016.

LEIVA, Paulo Gilberto Cogo; RIOS, Roger Raupp; SCHAFER, Gilberto. **Educação escolar indígena no direito brasileiro: do paradigma integracionista ao paradigma do direito a uma educação diferenciada**. Revista da AJURIS. v 41, n. 136, 2014.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.



GRAÚNA, Graça. Identidade indígena: uma leitura das diferenças. POTIGUARA, Eliane. Metade cara metade máscara. São Paulo: Global. (**Série Visões Indígenas**), 2004.

JANZEN, Henrique Evaldo. **O Ateneu e Jakob von Gunten**: um diálogo intercultural possível. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

JEKUPÉ, Olívio. **Literatura escrita pelos povos indígenas**. São Paulo: Scortecci, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PRATI DOS SANTOS, Eloína. **Daniel Munduruku: contador de histórias, guardião de memórias, construtor de identidades**. Mato Grosso: Cuiabá, 2014.

PIZZANI, L. et al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez, 2012.

RIBEIRO, Aldimaro. Literatura indígena, ancestralidade e contemporaneidade: Vozes empoderadas. In: DORRICO, Julie, DANNER, Fernando e DANNER, Lenon Francisco (Org.) *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Autoria, Autonomia, Ativismo*. Editora Fi, 2020, p. 77-86.

RODRIGUES, Renata Cordeiro; BARBAHO, Alexandre Almeida. A Obrigatoriedade da Temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede de Ensino: um estudo sobre a implementação da Lei Nº 11.645/08 no conteúdo programático das escolas públicas de Caucaia. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 6, n. 17, p. 199-219, 2016.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarak; DE SOUZA, Adria Simone Duarte; BETIOL, Celia Aparecida. A educação escolar indígena no Brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de LDB. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 11, n. 19, p. 58-75, 2017.

SANTOS, Jasminny Rodrigues da Costa. O desvelar das identidades indígenas na obra “Ay kakyri tama: eu moro na cidade”, de Márcia Wayna Kambeba. 2022. 107 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.